

6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

OFICINAS DE COCRIAÇÃO

TEMA 5: Políticas de ações afirmativas raciais e dados abertos

1ª Etapa: Identificação do Desafio

PARTICIPANTES:

NOME DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	CARGO/ÁREA DE ATUAÇÃO
Ministério da Igualdade Racial (Coordenador)	Anna Carolina Venturini	Diretora de Políticas de Ações Afirmativas
	Raianne Alcantara	Coordenadora da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas
	Vanessa Patrícia Machado Silva	Coordenadora de Ações Afirmativas
Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	Pedro Masson	Coordenador-Geral de Ciência de Dados
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	Daniel Pitanguiera de Avelino	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Observatório da Violência Contra a Mulher – Senado	Adriana Martins Dornelas	Ajudante Parlamentar Intermediário
	Eleonora Viggiano	Analista Legislativa – Senado
Secretaria de Gestão de Pessoas/Departamento de Provimento e Movimentação de Pessoal/ Ministério da Gestão e Inovação em Serviços (MGI)	Marcia Alves de Assis	Chefe da divisão de Provimento de Pessoal
	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Chefe da Divisão de Concursos Públicos

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	CARGO/ÁREA DE ATUAÇÃO
Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA	Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos	Coordenador do Grupo/UERJ
Instituto Alana	Beatriz Benedito	Analista de Políticas Públicas
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (Nacional)	Delton Felipe	Diretor Executivo
Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial – CEDRA	Cristina Lopes da Silva	Diretora Executiva
	Marcelo Henrique Romano Tragtenberg	Integrante do Conselho Deliberativo
Interdisciplinariedade e evidências no Debate Educacional – IEDE	Ernesto Martins Faria	Diretor executivo e fundador lede
Geledes Instituto da Mulher Negra	Gabriela Costa Lima	Assistente de Projetos e Analista e Dados

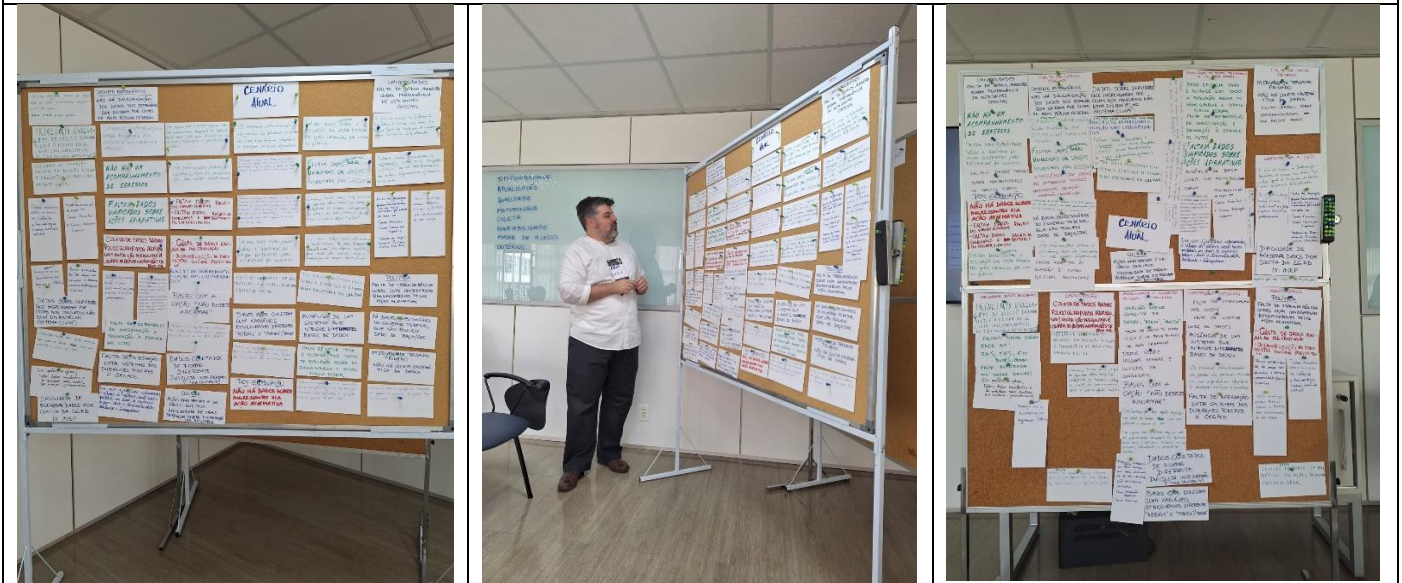
ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO ATUAL
Ausência de base única, com metodologia comum
Principais divulgações de dados e indicadores trazem dados insuficientes do recorte racial (dados IBGE, INEP, DATASUS) – Ex.: IDEB por raça, renda per capita por raça
Falta qualidade nos dados raciais
Falta de Programa de formação nacional em relação à coleta e diagnóstico de dados com recorte racial
Dados desconhecidos ou ruins de ciência e tecnologia (bolsas, currículo lattes)
Não declaração de raça no Censo Escolar e Censo da Educação Superior
Insuficiência dos Dados relativos às eleições e Fundo Eleitoral
Precariedade nos dados raciais de Secretarias de Segurança Pública
Pouca publicidade de raça/cor de docentes e técnicos de universidades/instituições de ensino superior
Dados sobre servidores que ingressaram por cotas nos concursos não estão disponíveis no sistema SIAPE
Faltam dados sobre raça em: RAIS, FIES, BNDS, etc.
Em questões de gênero, faltam dados consistentes e de qualidade sobre questões que envolvam igualdade racial
Dificuldade de acessar dados por conta da LGPD (Ex.: INEP)
“Decreto Estagiários” – não há divulgação dos dados dos estagiários que entram por cotas na Administração pública Federal
Insuficiência de dados e informações sobre a evolução dos cotistas no serviço público
Não há um acompanhamento de egressos
Faltam dados unificados sobre ações afirmativas
Coleta de dados raciais pouco qualificada – profissionais ainda não perguntam, para usuários de políticas públicas, as informações de raça/cor
Pouca publicidade/dados ruins sobre estudantes/professores do ensino técnico
Na educação básica, gestores públicos observam pouco os dados de raça/cor para a construção de políticas municipais. Caso haja maior interesse dos tomadores de decisão, nestes dados, pode haver maior qualificação em processos de coleta, metodologia e disponibilidade dos dados
Insuficiência de estratégias de investigação e prevenção à fraude nas cotas desde o tratamento interno de cada universidade, ou dos concursos, como do judiciário, até a criação de normativas sobre o tema, adoção e funcionamento das bancas de heteroidentificação, e/ou reforço do monitoramento efetivo da Lei de cotas.
Falta de integração de sistemas dos diferentes poderes e órgãos
Em ações afirmativas relacionadas a vítimas de violência, existe baixa qualidade em dados de segurança pública, desde o atendimento, coleta, distribuição e transparência.
Confusão sobre conceitos de negro, preto, pardo
Em algumas bases o critério raça/cor não tem preenchimento obrigatório ou apresenta opções como “não quis declarar” ou não declarou”, dificultando a produção de análises
As informações sobre o certame/tipo de concorrência, não estão disponíveis (concurso)
Uniformização das opções raça/cor nas bases de dados tendo como parâmetro o modelo do IBGE
Insuficiência de dados raciais do ensino superior – faltam dados raciais de docentes e de reitores de universidades; ausência de coleta de dados raciais na pós-graduação; indisponibilidade de dados abertos conforme previsto na LAI
Ausência de dados produzidos pelas bancas de heteroidentificação nas universidades
Existência de bases com a opção “não desejo informar”

Não se verifica o cumprimento da distribuição das pessoas negras em concursos públicos federais, como disposto na lei 12.990/2014
Dados coletados de forma diferente, o que dificulta a integração e tratamento
Cultura: ações afirmativas e Lei Paulo Gustavo – não há transparência sobre a distribuição dos recursos
Insuficiência de dados nos diferentes passos: candidatura, seleção, nomeação, matrícula
Insuficiência de dados sobre empreendedorismo das pessoas negras
Falta de unidade entre as bases
Insuficiência na elaboração de meios mais eficazes para o alcance de dados da população negra do ensino superior e serviço público federal, a fim de identificar a eficácia de novas estratégias que promovam uma maior equidade racial
Faltam dados estruturados sobre a quantidade de vagas reservadas para negros(as) por concurso
Os sistemas estruturantes de gestão de pessoas não têm uma arquitetura adaptável a quaisquer políticas afirmativas
Ausência de banco de boas práticas em ações afirmativas/equidade racial
Bases que coletam com variáveis étnico-raciais diferentes “negros” x “pretos”/”pardos”
Insuficiência de análises dos mandados judiciais realizados para e nos efeitos das ações afirmativas no ensino superior e nos concursos públicos
Pós-Graduação: insuficiência de dados sobre ingressantes via ação afirmativa
Dados sobre pessoas negras e cotistas se confundem
Insuficiência de dados oficiais (ou de fontes estabelecidas em seus setores) com coleta padronizada (para fins de comparabilidade) e atualização constante
Falta de integração de dados
Ausência de dados estruturados sobre convocados em vagas reservadas para pessoas negras
Não há regularidade da questão sobre raça/cor (utilizando, sempre, as mesmas categorias do IBGE), de preenchimento obrigatório e sem opção “outros”
Há uma dificuldade relacionada à noção mesma de dados “pessoais” e “identificáveis”. Em alguma medida, esses dados são centrais para a avaliação das ações afirmativas
Insuficiência de dados agregados sobre a ocupação de vagas reservadas para negros(as) por concurso público
Ausência de um sistema que integre diferentes bases de dados
Baixa eficácia para o alcance dos dados da população negra do ensino superior e serviço público federal
Insuficiência de dados/indicadores sobre a diferença de oportunidades educacionais, por cor/raça
Universidades: insuficiência de dados acessíveis sobre permanência de estudantes cotistas
A Lei de Acesso à Informação facilitou o acesso aos dados, mas a Lei Geral de Proteção de Dados criou inúmeras dificuldades
Ausência de um conceito sobre o que é um beneficiário de ação afirmativa
Oportunidade com a identidade única
Ausência de dados raciais sobre terceirizados no serviço público
Falta de desagregação/microdados com cor raça, limitados pela Lei Geral de Proteção de Dados, ou não, no Censo Escolar/ Censo da Educação Superior/ Sistema de Departamento Penitenciário Nacional
Ausência de categorias do INEP/IBGE de raça-cor sem alternativa de não-declaração nos bancos de dados: Censo da Educação Superior/ Censo Escolar
IBGE divulga poucas tabelas (Censo e PNADs) com cruzamentos de raça-cor
Política: falta de transparência sobre os/as candidatos/as pelas ações afirmativas
Há bases/questionários do governo federal que não possuem dados de raça/cor
Mercado de trabalho privado – não há coleta sistemática de dados

Faltam dados acessíveis e integrados sobre as trajetórias e perfis dos beneficiários/as das ações afirmativas federais e estaduais

Insuficiência de análise ou falta de consolidação das políticas de permanência da população negra na universidade



DEFINIÇÃO DO CENÁRIO DESEJADO

Os/as participantes foram orientados/as a apresentar o cenário desejado e a equipe de moderação, em paralelo, realizou o agrupamento por temas. Posteriormente, os/as participantes foram chamados a validar a categorização realizada. O resultado alcançado foi o seguinte:

CENÁRIO DESEJADO POR GRUPO TEMÁTICO	
SABEMOS QUEM SÃO AS PESSOAS	
Critério raça/cor obrigatório em todos os formulários/pesquisas feitas pelo governo – pensar estímulo para setor privado	
Base de dados unificada e padronizada, que integre informações dos/as brasileiros/as da creche ao mercado de trabalho	
Heteroidentificação prévia	
Lista padronizada com: nome; CPF; edital, tipo de inscrição; nota; para cada etapa do curso: inscrição, aprovação, nomeação.	
DADOS SÃO INTEGRADOS	
Sistema integrado de ações afirmativas raciais com dados integrados, padronizados e dos três poderes. Políticas transversais	
Integrar a dimensão de gênero nas análises de cor/raça (meninos pretos, meninas pretas, etc.)	
Sistema unificado de dados universitários que englobe as informações do vestibular/ENEN até dos egressos	
Banco de dados centralizado sobre ação afirmativa no ensino superior – público (Federal, Estadual, Municipal); privado (PROUNI, FIES)	
Criação de seção com dados da população negra no IBGE ou MIR (talvez uma seção que reúna os dados oficiais de diferentes lugares)	
DADOS SÃO CLAROS E PADRONIZADOS	
Base de dados padronizadas e acessíveis	
Identidade única com dados centrais e predominantes	

Ter um cadastro único de cor/raça por indivíduo
Recorte de raça-cor em todas as bases de dados oficiais
Uniformização de variáveis e sua respectiva grafia – readequação das bases já existentes
Padrões definidos em fórum de Assessores de Diversidade
Padronização de conceitos e campos de instrumentos de coleta de dados (dicionário de dados compartilhados, formulários padronizados)
Base de dados de políticas sociais têm parâmetros de identificação padronizados (raça, cor, gênero)
Base de dados com as 5 categorias de cor/raça IBGE, sem a alternativa “não declarado”.
Dados sobre cor/raça padronizados (modelo IBGE) e como item obrigatório em todos os formulários/pesquisas – Censo Escolar, Censo Educação Superior, RAIS, cadastro de empresas, microempreendedor individual e Sociedade Limitada única
Sistemas com categoria de optantes por ações afirmativas, que ingressaram pela ampla concorrência
PESSOAS ENVOLVIDAS NO CICLO DE VIDA DOS DADOS ESTÃO CAPACITADAS E ENTENDEM SEU PAPEL
Processo de coleta de dados são qualificados, ampliando a confiabilidade do que já temos produzido
Servidores entendem os dados e a importância do preenchimento correto
Padronização das bases de dados e qualificação dos agentes responsáveis pelo preenchimento e distribuição dos dados
Treinamento obrigatório de chefias e lideranças sobre questões de raça e gênero
Elaboração de uma normativa para a gestão de dados sobre as ações afirmativas nas instituições de ensino
E OS DADOS ESTÃO ABERTOS
Dados de portais de transparência com qualidade e padrão correto
Microdados com indivíduos no Sistema Penitenciário Nacional, no Censo Escolar, no Censo Educação Superior, com cor/raça, sem “não quero declarar”
Sobre os dados: conformidade com os formatos e critérios previstos na Lei de Acesso à Informação
INCLUSIVE NO SETOR PRIVADO
Identificação racial para microempreendedor individual, microempresário no CNPJ
Iniciativa privada – padronização da coleta de dados; divulgação de boas práticas de ações afirmativas
Dados com recorte de cor-raça em políticas de financiamento do BNDS
Recadastramento racial na RAIS
SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA
Estabelecimento de metas para qualidade de declaração de cor-raça nos sistemas – INEP; Segurança Pública
Acesso a microdados do Sistema Nacional Penitenciário
SOBRE CONCURSOS
Publicização obrigatória dos dados relativos aos certames e às pessoas candidatas
Serviço Público – Módulo SIAPE: servidores ingressantes por cotas nos concursos; Dados sobre trajetória
SOBRE A EDUCAÇÃO
Formação e colaboração do INEP com Secretarias Estaduais de Educação e Instituições de Ensino Superior, melhorando continuamente a declaração de raça de estudantes, professores/as e técnicos/as
Dados centralizado das etapas de heteroidentificação em Ensino Federal (Lei 12.711) e em concursos públicos
Lei nº10.639 – dados sobre implementação da Lei e boas práticas
Todas as avaliações de aprendizagem terem o recorte por cor-raça: SAEB, PISA, PIRLS, ENEM, etc.
Dados sobre acesso, permanência e egressos do PROUNI e FIES

Dados sobre acesso e permanência de cotistas no ensino superior e ensino médio técnico público, e dados dos egressos.
Dados sobre acesso, permanência, egresso e docentes na pós-graduação
SOBRE A POLÍTICA E AS ELEIÇÕES
Concursos públicos – padrão único de coleta e transparência de dados sobre beneficiários de ações afirmativas
Dados transparentes sobre as cotas raciais no parlamento e impacto na representatividade (inclusive fundos eleitorais)
E SOBRE A CULTURA.
Painel de Transparência – distribuição dos recursos da Lei Paulo Gustavo para ação afirmativa
EXISTEM DADOS PARA ACOMPANHAR O IMPACTO DE LONGO PRAZO
Produção de relatórios com dados de antes e depois da implantação das políticas de ações afirmativas, com a intenção de dimensionar o impacto
Uma plataforma nacional que sistematiza dados de acesso, permanência e sucesso dos sujeitos das ações afirmativas tanto na educação como nos concursos
Divulgação de impacto social por dados com cor-raça das políticas públicas raciais e não-raciais
Programas de acompanhamento de pessoas cotistas no serviço público
Sistema público que cruze RAIS e egressos dos ensinos superior, médio e técnico
Divulgação do impacto racial dos créditos agrícolas por escala de propriedade rural
Acompanhamento após o processo seletivo
ANÁLISES E ESTUDOS DE QUALIDADE SÃO PRODUZIDOS COM O CRUZAMENTO DE DADOS E CONTRIBUEM PARA AS POLÍTICAS E SERVIÇOS
Ações sistemáticas sobre qualificação de dados sobre pessoal na Administração Pública Federal (desde a base da burocracia)
Dados e cruzamentos de qualidade sobre interseccionalidades entre raça e outros perfis socioeconômicos e culturais (gênero, escolaridade, etc.)
DIVERSOS PONTOS DE UM CENÁRIO DESEJADO
Definição de objetivos e metas para a implementação de ações afirmativas e produção de dados sobre as políticas (planos para ministérios e demais órgãos públicos envolvidos nas ações de implementação das políticas)
Proposição de tratados internacionais mais específicos
Índices sobre dados em equidade racial disponíveis
Provocação de súmulas vinculantes
Produção de documentos que orientem a elaboração de editais (relatórios de acesso e permanência) condizentes com as ações afirmativas evitando as fragilidades jurídicas



IDENTIFICAÇÃO DE BLOQUEIOS

Por meio de pergunta orientadora **“Quais são os bloqueios (problemas) que dificultam a transformação do cenário atual para o desejado?”**, os participantes apontaram as limitações identificadas.

BLOQUEIOS IDENTIFICADOS
Falta de pressão política e vontade política para estabelecer índices de equidade racial
Existe resistência na liberação de dados para outros órgãos por razões estratégicas: sigilo, proteção de dados, concorrência, falta de padrões de transparência
Instituições como IBGE e INEP resistem à liberação de dados raciais/cruzamentos
Falta de vontade política para integrar dados de formação e trabalho ligados a ação afirmativa
Gestores (alta liderança) não veem ações afirmativas como prioridade
Insuficiente comprometimento dos gestores públicos com a gestão da informação
Falta de vontade política para centralizar dados raciais das universidades
Falta de vontade política para divulgar dados raciais: Secretarias/ Governo Estadual/Segurança Pública; Universidades; SISU/MEC
Falta de vontade política para responder os processos jurídico-administrativos das instituições
A pessoa ou a instituição que faz a coleta dos dados não tem consciência da importância do seu trabalho
Atores relevantes não reconhecem a importância das ações afirmativas
Os agentes públicos precisam ser convencidos da importância do uso e produção/coleta de dados, e de dados raciais
Escassez de capacitação em letramento de dados
Falta de capacitação, formação e letramento racial – obstáculo que atrapalha a produção de dados de raça-cor, tanto na autodeclaração, quanto na heteroidentificação
Obstáculo para a disponibilização de dados de acordo com a lei de acesso a informação – muitos municípios não têm capacitação técnica e, às vezes, nem demanda
Falta de compreensão dos gestores que as ações afirmativas são políticas transversais
Falta de formação em critérios de classificação racial – Segurança Pública (Secretarias Estaduais)
Falta de capacitação dos servidores na ponta (nível de rua) sobre a importância da coleta dos dados de raça/cor e seu correto preenchimento
Falta de conhecimento, interesse e conscientização das chefias sobre desigualdade racial nos espaços de poder e decisão
Insuficiência de pessoas com perfil adequado para tratar informações

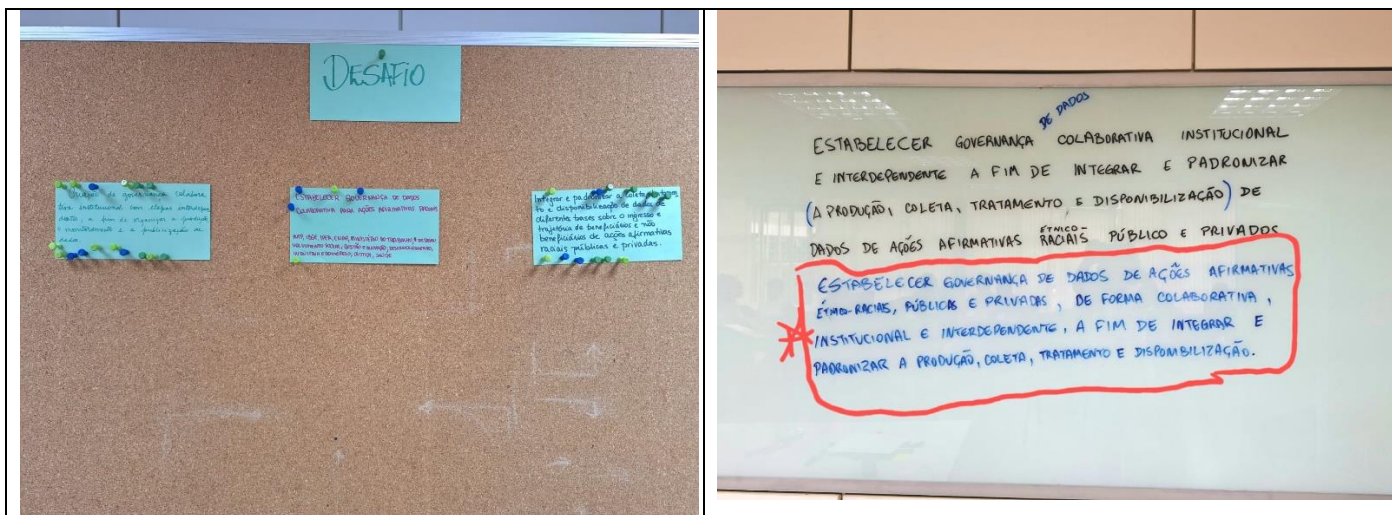
Falta de cultura institucional e vontade política para adoção de ações afirmativas e dados raciais no BNDS e bancos privados
Não existem indicadores nacionais sobre práticas docentes que afetam a equidade racial
Inexistência de dados sobre cotistas
Falta de sistemas computacionais que incluam o quesito raça-cor tendo somente o tipo de cota (universidades)
Cultura política: considera-se que o problema é econômico e não racial (em servidores de ponta ou gestores). Falta formação aos agentes administrativos e gestores
Falta vontade política para quantificar o impacto racial de projetos para espaços urbanos e infraestrutura
Formato de divulgação dos dados inadequado (ex. PDF)
Dificuldade de acessar os dados pelos limites da LGPD
Ausência de uniformização das bases de dados
Ausência de cultura institucional de coleta de dados raciais
Falta de padronização dos dados coletados (raça-cor) e da forma de disponibilização da informação
Inação em relação a aplicação da Lei nº 12.990/2014 – <i>“Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.”</i>
Falta de orçamento para a criação de sistemas
Falta de orçamento para as ações afirmativas
Obstáculo da produção de dados sobre pessoas negras na pós-graduação: falta de normativa que regulamente as cotas raciais e exija a produção desses dados por cada programa
LGPD está sendo usada para a não divulgação de dados
Interpretações da LGPD: no INEP – Censo Escolar, Censo da Educação Superior; nas Secretarias de Segurança Pública
Falta de rotinas e processos que centralizem dados raciais em concursos públicos/cotas federais e dados estaduais e municipais (em todas as etapas)
Falta de padronização na coleta e organização dos dados sobre acesso, permanência e sucesso dos sujeitos das ações afirmativas
No atual cenário, há uma restrição de acesso aos dados educacionais
Não estabelecimento dos caminhos jurídico-administrativos que as bancas de heteroidentificação devem seguir, em especial para as instituições de ensino superior
A interpretação equivocada da LGPD dificultou muito o acesso aos dados
A interpretação da LGPD
A interpretação muito estrita do princípio do anonimato e da identificação dos dados pessoais
Má documentação dos dados do INEP (ex.: questões dos questionários do SAEB não possuem um código único como os da PNAD)
Ausência de uma normativa que padronize a coleta e a difusão dos dados
Falta de fluxos/processos para o caminho desde a coleta até a disponibilização dos dados
Obstáculo para reunir dados de raça-cor: fragmentação das plataformas e necessidade de revisar bases densas e extensas
Falta de processos administrativos para: acompanhar etapas de heteroidentificação; acompanhar processos de admissão ao ensino federal (Institutos Federais e Universidades)
A falta de integração e elaboração gera retrabalho, ou seja, cada um faz sua coleta, sistema e divulgação. Não se aproveita o trabalho do outro
Pouco diálogo de fontes coletoras de dados: IBGE, INEP, IPEA, CADÚNICO, Assistência, DATASUS

Fragmentação de instituições de educação, segurança pública e trabalho para integrar dados dessas bases
Falta de comunicação e engajamento de diversos setores sobre a importância de trabalhar com dados para a tomada de decisões
Falta de uma cultura de monitoramento e avaliação na Administração Pública Federal
Falta de orientação do órgão central para os procedimentos de coleta e tratamento dos dados dos cotistas nas Universidades e Institutos Federais
No caso da implementação da Lei nº 10.639/2003 – “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências” –, não há indicadores estabelecidos para o monitoramento.
Baixa coesão organizacional na compreensão dos fatos como um problema público (resistência burocrática, etc.)
A capacidade institucional dos órgãos que compõem ou poderiam compor a estrutura de governança está fragilizada (falta de pessoal e demais recursos)
No caso das cotas raciais no ensino superior, a fragmentação das práticas e ausência de formalização das bancas de heteroidentificação



DEFINIÇÃO DO DESAFIO A SER SUPERADO

DESAFIO
<i>Estabelecer governança de dados de ações afirmativas étnico-raciais, públicas e privadas, de forma colaborativa, institucional e interdependente, a fim de integrar e padronizar a produção, coleta e tratamento e disponibilização dos dados.</i>



AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO	
Que bom que...	
Há perspectiva e preocupação com a melhora dos dados sobre ações afirmativas	
O processo foi com cartelas, garantindo que todos/as tivessem voz	
Tive oportunidade de participar dessa oficina e poder compartilhar ideias, sugestões sobre ações afirmativas raciais, com pessoas comprometidas com o assunto	
A oficina teve metodologia bem definida, com resultados práticos e objetivos	
A metodologia foi participativa para pensar no desafio em etapas	
O formato de identificar o cenário atual, indicar o ideal, mapear os obstáculos e redigir o desafio final foi ótimo para amarrar o encadeamento das ideias. A metodologia otimizou o tempo e as discussões, sem se enfraquecer nos últimos minutos.	
A dinâmica contemplou as contribuições. A convergência de posições dos participantes colaborou.	
A metodologia foi participativa, permitindo a interação do grupo. Grupo estimulante.	
Tivemos um momento para compartilhar saberes e formas de olhar as políticas afirmativas e suas relações com os dados	
Tivemos um excelente espaço de cocriação de soluções! A participação em espaços como este é fundamental para a geração de valor público	
Houve debates ricos e relevantes com pessoas que conhecem do tema	
Teve a participação ativa e colaborativa em todas as etapas	
Estamos aqui! É uma honra compor este grupo tão qualificado e comprometido com as ações afirmativas	
Reunimos pessoas com profundo entendimento da pauta. A oficina foi leve e produtiva. Saímos com propostas concretas. O grupo é pequeno, permitindo uma participação efetiva de todos/as. A dinâmica da oficina é simples e efetiva	
Participei da oficina, aprendi muito. Iniciativas como essa devem ser mais frequentes e mais divulgadas	
Que tal se...	
Os representantes dos órgãos de gestão de dados participassem de dinâmicas similares?	
Na parte anterior ao desafio, tivéssemos algum momento para discussão em grupos mistos?	
O IBGE fosse convidado para a oficina do dia 19/10/2023? São acessíveis e contribuirão tecnicamente	
Envolvêssemos os três Poderes e as esferas estaduais e municipais?	
Pudéssemos convidar mais órgãos públicos e instituições privadas para a oficina?	

Contássemos com a participação do MEC, INEP, CAPES, CNPQ e Ministério da Ciência e Tecnologia?
Convidássemos o MEC, o INEP, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde para a próxima fase?
Trouxéssemos órgãos como o IBGE e o INEP?
Recebêssemos a programação antes da oficina?
Fosse evidenciado melhor o contorno entre DESAFIO e COMPROMISSO? Faltou o MEC, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Cultura
Todas as tarjetas fossem sistematizadas e compartilhadas, por e-mail, com todos/as que participaram da oficina?
Houvesse uma pequena introdução sobre o tema para alinhamento dos conceitos?
Que pena que...
O Brasil retrocedeu tanto na integração, padronização e disponibilização dos dados
MEC/INEP e IBGE não estavam presentes
Alguns importantes atores/gestores governamentais não estavam presentes. Ex.: Representantes da Defensoria Pública da União, Ministério Público, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Trabalho e Ministério da Educação
Não pudemos lidar com todos os problemas que identificamos
Alguns órgãos importantes não participaram
Não teve a presença do Ministério da Educação desde o início do processo. O INEP seria fundamental para pensarmos juntos esta construção
Acaba no próximo encontro
Atores relevantes não estavam presentes para o compromisso: MEC, INEP, Ministerio da Justiça e Segurança Pública, CAPES, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e IBGE
Que ficou meio obscuro o contorno do que é desafio e o que é compromisso
A questão racial ainda está limitada a participação de pessoas negras. A temática racial está interligada com todos os assuntos e deve ser discutida de forma transversal.



REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES:







OBSERVAÇÕES: